

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

Muitas dessas formas têm raízes fortes no passado, como é, a título de exemplo, o caso do trabalho comunitário ou da entreatajuda camponesa, das iniciativas populares solidárias, do mutualismo rural ou operário, das cooperativas nas suas diferentes modalidades ou da produção autogestionária. Outras são mais recentes e surgem, mais ou menos espontaneamente, de situações críticas para a existência das camadas mais vulneráveis da população em que é necessário encontrar as respostas que o mercado não dá, juntando esforços e trabalhando em conjunto, como no caso dos clubes de troca, das moedas sociais ou do comércio justo, entre uma infinidade de empreendimentos possíveis. Outras, enfim, são soluções alternativas à economia capitalista, pensadas e inventadas no seio de organizações e movimentos sociais contra-hegemónicos, inspiradas num pensamento crítico do modelo económico dominante e na avaliação positiva das inúmeras iniciativas que visam democratizar a economia e desenvolver alternativas socioeconómicas mais justas, mais democráticas e mais sustentáveis através do trabalho cooperativo e solidário.

A solidariedade que dá corpo a estas iniciativas é uma solidariedade entre iguais, entre pessoas e grupos que partilham os mesmos problemas e aspirações e não se confunde, portanto, com a solidariedade, de base religiosa ou laica, fundada nos valores da caridade, do altruísmo ou da filantropia.

Pedro Hespanha e Luciane Lucas dos Santos

Economia verde

O Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP 2010) define a “economia verde” como aquela capaz de produzir melhores condições humanas e equidade social, reduzindo significativamente os riscos ambientais e as “escassezes ecológicas”. A economia verde permitiria supostamente alcançar ao mesmo tempo uma baixa emissão de carbono, a eficiência energética e a inclusão social. Trata-se de uma formulação muito vasta de objetivos que, no atual regime técnico e económico-político, são de facto incompatíveis.

Embora a reconversão do sistema económico para tecnologias “verdes” seja uma necessidade, essa reconversão não garante por si só nem uma maior equidade social nem a preservação de recursos naturais. Em muitos casos, a implantação de estruturas que incorporam tecnologias “verdes”, como a coíncineração de resíduos, a energia eólica ou fotovoltaica, ou o transporte ferroviário, é objeto de disputas e contestação social por causa do

impacto ambiental que elas geram nos contextos onde vão ser localizadas. Um caso emblemático é a energia atômica, considerada por alguns a forma mais “limpa” de geração de energia, por outros a mais perigosa e poluente. Além disso, tais estruturas pressupõem o emprego de trabalho humano em condições pouco sustentáveis ou saudáveis, como no caso da reciclagem de resíduos sólidos urbanos. Por último, grandes investimentos na economia “verde” podem comportar a expropriação de espaços e gasto de recursos de uso comum, como no caso da plantação de eucaliptos feita no âmbito do “mercado do carbono” global para compensar emissões de CO₂.

Visões alternativas da “economia verde”, baseadas na crítica dos mecanismos económico-políticos vigentes (como as teorias do “decrescimento”, do “bem viver” ou da “transição”), enfatizam três condições imprescindíveis para uma verdadeira reconversão da economia: a pequena dimensão e *relocalização* das atividades económicas, a recusa dos modelos de consumo dominantes, e a valorização não monetária da natureza e dos ecossistemas.

Stefania Barca

Emigração

Nos últimos vinte anos, a dimensão e o significado social que os movimentos migratórios de saída registaram contrastaram com a produção social e política da ausência da emigração portuguesa e, em especial, dos fluxos emigratórios. Considerada uma característica do passado e associada a uma realidade marcada por baixos níveis de desenvolvimento, a emigração dificilmente se enquadrava na narrativa do desenvolvimento económico e social corrente durante este período. Imaginando-se um país do centro, Portugal excluiu-se do grupo de países de emigração. Os dados estatísticos disponibilizados pelos países de acolhimento mostram, contudo, que, desde meados da década de 1980 e, sobretudo, nos primeiros anos do novo milénio, se intensificaram os fluxos de saída dos portugueses (que atualmente rondarão entre 70 000 e 100 000 por ano), surgiram novos destinos (Angola, Brasil, Reino Unido), desenvolveram-se destinos tradicionais da emigração (França e Suíça) e diversificaram-se os perfis migratórios.

Esta diversificação constitui uma marca diferenciadora dos movimentos emigratórios atuais, perceptível através do desenvolvimento e combinação de formas de mobilidade e da modificação das características sociodemográficas dos emigrantes, em especial da crescente participação de mulheres e da